



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/ES

JAILSON JOSÉ QUIUQUI

Prefeito Municipal no exercício de 2021

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município

OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE
A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca/ES

Entidade: Município de Águia Branca

Gestor responsável: Jailson José Quiuqui

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno – RELOCI sobre as Contas de Governo do exercício financeiro de 2021 da Entidade – Município de Águia Branca.

O presente relatório compõe a opinião acerca da Prestação de Contas Anual Consolidada, sob responsabilidade do Gestor, Exmo. Jailson José Quiuqui, o qual respondeu no exercício de 2021 pela Entidade – Município de Águia Branca, conforme estabelece a Instrução Normativa 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2021, a Entidade encaminhou a esta Controladoria Geral, em 21/03/2022, as peças contábeis da Prestação de Contas Anual - Consolidada para análise.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

CONTROLADORIA GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988¹, em conjunto com o descrito no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

¹ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

TABELA REFERENCIAL 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2020 DO TCEES

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 1.1.3 – Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise da Listagem de Pagamentos no Sistema de Contabilidade Pública com o demonstrativo do total de repasses de duodécimo mensal ao Poder Legislativo em cumprimento à data limite. Conta contábil: 351120100002	Valor Mensal de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo: R\$137.556,18 Data de Repasse mensal: 20.01.2021 19.02.2021 18.03.2021 20.04.2021 20.05.2021 18.06.2021 20.07.2021 19.08.2021 20.09.2021 20.10.2021 19.11.2021 20.12.2021 Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2021: R\$1.650.674,16



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em conformidade ao art. 168 da Constituição Federal, verifica-se que foram repassados mensalmente pelo Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo Municipal a título de duodécimos, no exercício de 2021, o valor mensal de R\$137.556,18 (cento e trinta e sete mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos) em cumprimento a data-limite mensal, totalizando repasse anual de duodécimos em R\$1.650.674,16 (um milhão seiscentos e setenta e quatro mil reais e dezesseis centavos).

1.2 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.14 – Equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Equacionamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.14	Equilíbrio financeiro e Atuarial - Plano de Equacionamento	Lei Municipal nº 1.628/2021 Lei Municipal nº 522/2002 ; Lei Municipal nº 523/2002 ;	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Lei Municipal nº 1.628/2021 aprovada em 26.05.2021; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;	Período Analisado 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Considerando análise da Lei Municipal nº 1.628/2021 que regulamenta a Reavaliação Atuarial no exercício de 2021, verifica-se que estão sendo instituídas medidas através do Plano de Amortização, destinadas ao equacionamento do déficit atuarial incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Denota-se em análise aos dispositivos legais, com vistas ao reequilíbrio atuarial, que a lei supracitada aumentou a alíquota de custos especiais de 17% em 2020, para 17,5% em 2021, conforme tabela de equacionamento do Déficit Atuarial da Lei que dispõe sobre a Reavaliação Atuarial no ano de 2021.

Em relação ao desequilíbrio financeiro, registra-se que o Regime de Próprio de Previdência Social do Município não apresenta desequilíbrio financeiro.

1.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 1.3.6 – Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDATA Lei Municipal nº 1.653/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1653-2021-	LC 101/2000, art. 11	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários do ente da federação	Conforme evidenciado no Quadro Auxiliar ao Demonstrativo da Dívida Ativa – DEMDATA, no período de Janeiro à Dezembro/2021, não foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação. No tocante a movimentação da dívida tributária, verificou-se diminuição da Dívida	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: Valor Atual em Dívida Ativa Tributária: R\$651.412,10 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$690.447,11 Diminuição da Dívida Ativa Tributária em R\$39.035,01 Denota-se que não foi realizado no exercício de 2021 a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		1634732885.pdf			Ativa Tributária em R\$39.035,01	cobrança de dívida ativa extrajudicial e judicial.
		Decreto nº 9.609/2021 (ANEXO)			Contudo, consoante análise dos demonstrativos DEMDAT, verifica-se que a queda da Dívida Ativa tributária se deu pela movimentação da Renúncia de Receita realizada pelo Município através da Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021.	Conforme evidenciado pela Lei 1.653/2021 – A Prefeitura Municipal de Águia Branca estabeleceu Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021.
		Decreto nº 9.748/2022 (ANEXO)			Além disso, foi estabelecido prorrogação do prazo descrito na Lei Municipal até o dia 30/04/2021, através dos Decretos nº 9.609/2021 e Decreto nº 9.748/2022.	

1.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 1.4.1 – Educação – aplicação mínima						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.1	Educação aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - ANEXO 8 Sistema CidadES	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – Anexo 08 do RREO Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de	Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2021: R\$ 8.515.054,02 Percentual de aplicação: 27,90%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					impostos e transferências aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.	
--	--	--	--	--	---	--

Segundo determinação contida no art. 212 da Constituição Federal, e no art. 69 da Lei nº 9.394/1996, verifica-se que o Município de Águia Branca aplicou o montante de R\$8.509.332,95 (oito milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e trinta e dois reais, e noventa e cinco centavos) correspondente a 27,88% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2021, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, conforme tabela abaixo:

Destinação de recursos:	Valor:
a) Receitas provenientes de impostos	R\$ 1.725.290,82
b) Receitas provenientes de transferências	R\$ 28.790.874,01
c) Base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino (a+b)	R\$ 30.516.164,83
d) Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	R\$ 8.515.054,02
e) % de aplicação (d*100/c)	27,90%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.2 – Educação – remuneração dos profissionais do magistério						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Relatório de Auditoria do Processo nº 4619/2021 Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 08 Avaliação Anual dos Indicadores de gastos com FUNDEB – ANEXO I	CRFB/88, art. 212-A, inciso XI	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – FUNDEB Apuração do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2021 1º Bimestre 2º Bimestre 3º Bimestre 4º Bimestre 5º Bimestre 6º Bimestre	Valor aplicado no pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício no ano de 2021: R\$ 5.670.597,32 Percentual de aplicação: 71,76%
<p>Processo nº 4619/2021</p> <p>Ação de Auditoria 005/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade</p> <p>Objetivo de auditoria: Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício</p> <p>Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Menara Scaldaferrro Rodrigues</p> <p>Prazo: 31 de dezembro de 2021.</p>						



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Conclui-se, assim, com base na documentação que integra o presente processo de Auditoria, que o Município, no exercício de 2021, destinou 71,76% da receita das receitas provenientes do Fundeb para pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Portanto, o Município cumpriu o limite de aplicação de 70% do FUNDEB com profissionais da educação básica, em conformidade com o inciso XI do art. 212-A da CRFB/88 cumulado com art. 26 da Lei 14.133/2020.

Ponto de Controle 1.4.4 – Saúde – aplicação mínima						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.4	Saúde aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 12 Sistema CidadES	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde. Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.	Valor aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2021: R\$ 4.888.528,84 Percentual de aplicação: 16,50%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Examinando o Anexo XII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, verifica-se que o Município de Águia Branca aplicou no exercício de 2021 o percentual de 16,50% da receita resultante de impostos e transferências correspondente ao valor de R\$4.888.528,84 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos) nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2021, estando em conformidade com o que preconiza o art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias cumulado com artigo 7º da Lei Complementar 141/2012, conforme tabela descritiva abaixo:

Destinação de recursos:	Valor:
a) Receitas provenientes de impostos	R\$ 1.725.290,82
b) Receitas provenientes de transferências	R\$ 27.906.126,32
c) Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde (a+b)	R\$ 29.631.417,14
d) Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde	R\$ 4.888.528,84
e) % de aplicação (d*100/c)	16,50%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.7 – Despesas com pessoal limite						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Sistema CidadES	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Cálculo do limite de despesas totais com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.	Receita Corrente Líquida: R\$ 45.264.600,47 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 20.968.162,98 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 46,32%

É notório que a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao lecionar acerca das normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, dispõe em seus artigos 18 a 23 sobre a limitação das despesas com pessoal pelos Poderes e Entes da Federal.

Nesse sentido, tendo em vista que o Limite referencial para as despesas de pessoal é aplicado em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), ao verificar as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, constatou-se que o gasto total com pessoal no Poder Executivo totalizou R\$ 20.968.162,98 (vinte milhões novecentos e sessenta e oito mil cento e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos), alcançando um percentual de 46,32% no exercício de 2021, abaixo do Limite legal de 54% da Receita Corrente Líquida, previsto no art. 20, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme tabela descritiva abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Apuração das Despesas com Pessoal (Poder Executivo) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL):

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita corrente líquida – RCL.	R\$ 45.264.600,47
b) Despesas totais com pessoal – Poder Executivo.	R\$ 20.968.162,98
c) % das despesas totais com pessoal em relação à RCL (b*100/a).	46,32%
d) Limite Legal 54 % da RCL (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF).	R\$ 24.442.884,25
d) Limite Prudencial 51,30 % da RCL (§ único, art. 22 da LRF).	R\$ 23.220.740,04

Ponto de Controle 1.4.8 – Despesa com pessoal descumprimento de limites nulidade do ato

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	Relatório de Gestão - RELGES PESS Atos publicados no Portal da Transparência	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Em análise aos atos normativos publicados no exercício de 2021, verifica-se que não há ocorrência de aumento de despesas com pessoal no exercício de 2021, em desconformidade com o art. 21, inciso I da LRF.	Relatório de Gestão - RELGES PESS Atos publicados no Portal da Transparência Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.10 – Despesas com pessoal – limite prudencial vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Sistema CidadES	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 45.264.600,47 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 20.968.163,99 Limite apurado: 46,32% Limite Máximo: 54% R\$ 24.442.884,25 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 23.220.740,04

Em consulta aos dados do Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, o Município de Águia Branca, conforme descrito no item 1.4.7 não excedeu o limite prudencial com despesas com pessoal no Poder Executivo, no exercício de 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.11 – Despesas com pessoal extrapolação do limite de providências / medidas de contenção

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Sistema CidadES	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 45.264.600,47 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 20.968.163,99 Limite apurado: 46,32% Limite Máximo: 54% R\$ 24.442.884,25 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 23.220.740,04

Analisando o Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, registra-se que, pela ausência de extrapolação do limite com gasto de pessoal descrito no item 1.4.7, não foi necessária a adoção de medidas de contenção de despesas com pessoal pelo Município de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.12 – Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.12	Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Relatório de Gestão Fiscal – RGF; PESS; Atos publicados no Portal da Transparência; LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Em análise a LDO publicada para o exercício de 2021, verifica-se que não há ocorrência de expansão da despesa com pessoal.	Art. 43 e 44 da Lei nº 1.581/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.14 – Transferências para o Poder Legislativo Municipal

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº 1.605/2020) Balancete de Verificação - BALVER Relatório de Gestão - RELGES Sistema Público de Contabilidade – Transferência de Recursos Financeiros para a Câmara Municipal Sistema CidadES.	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Análise das Transferências de recursos financeiros para Câmara Municipal no exercício de 2021.	Transferência de Duodécimo no exercício de 2021: Valor Apurado: R\$1.650.674,16 Percentual: 6,99% Valor Máximo de Limite R\$ 1.650.674,31 Percentual: 7%

Em virtude da redação contida no art. 29-A, §2º da Constituição Federal, evidencia-se que o Município de Águia Branca, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual, cumpriu a normativa constitucional, efetuando até a data-limite de cada mês os repasses a título de duodécimo ao Poder Legislativo no limite anual estabelecido de 7%, em conformidade com o estabelecido no art. 29-A, inciso I e §2º da Constituição Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.15 – Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.15	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 1º Semestre 2021 – Anexo II	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, denota-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites da dívida pública estabelecidos no art. 3º da Resolução 40/2001 do Senado Federal no 1º semestre de exercício de 2021, não sendo necessário adotar medidas para redução de valor excedente.	Saldo da Dívida Consolidada no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal não ultrapassou o limite estabelecido pela Lei Complementar 101/2000. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 1º Semestre: Receita Corrente líquida (RCL): R\$ 42.694.994,33 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: R\$12.121.375,27 Limite Máximo permitido: R\$ 54.317.520,56

De acordo com o Demonstrativo da Dívida Consolidada, constante do Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre do exercício de 2021, o Município de Águia Branca obedeceu à disposição do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal quanto ao saldo da Dívida Consolidada, não ultrapassando o limite determinado pela LRF.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.16 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária - limite

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 1 Relatório de Gestão Fiscal – RGF - ANEXO 4 Balanço Orçamentário - BALORC	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Balanço Orçamentário Relatório de Gestão Fiscal – RGF - Demonstrativo das Operações de Crédito	O Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2021.

Segundo consta do Demonstrativo das Operações de Crédito no ANEXO 04 do Relatório de Gestão Fiscal, em conciliação com o ANEXO 01 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e, bem como em razão do Balanço Orçamentário, apura-se que o Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.1 Instrumento de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Ponto de Controle 2.1.1 – LDO – compatibilidade com Plano Plurianual						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.1	LDO compatibilidade com Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 PPA – Plano Plurianual - 2018/2021	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Em confronto das peças que compõe os instrumentos de planejamento – avaliou-se que as diretrizes e metas estabelecidas na LDO estão em compatibilidade com o PPA.	Lei nº 1.581/2020 que regulamenta as diretrizes para elaboração da lei orçamentária no exercício financeiro de 2021

Em avaliação realizada, apurou-se que as diretrizes, metas, e objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2021 estão em compatibilidade com o Plano Plurianual 2018/2021.

Ponto de Controle 2.1.2 – LDO – limitação de empenho						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias –	LC 101/2000, art. 4º, inciso I,	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, verifica-se pelos	Análise das matérias constante nos artigos 25 e 42 da Lei nº 1.581/2020.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	alínea "b"	limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	artigos 25 e 42, estabelece critérios para limitação de empenho em conformidade com a LRF.	
--	--	--	------------	--	--	--

Em exame a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 verifica-se que consta dos artigos 25 e 42, a previsão legal de limitação de empenho, em observância as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto de Controle 2.1.4 – LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea "f"	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, verifica-se pelo artigo 33, caput e parágrafo único, que a LDO estabelece condições e exigências para transferências de Recursos a entidades públicas e privadas, em conformidade com a LRF.	Art. 33, caput e parágrafo único da Lei nº 1.581/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em conformidade com o art. 4º, inciso I, alínea “f” da Lei Complementar 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, leciona em seu art. 33, caput e parágrafo único as condições e exigências em caso de transferências de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas.

Ponto de Controle 2.1.5 – LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	LC 101/2000, art.4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Consoante a Lei nº 1.581/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2021 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	LDO - Lei nº 1.581/2020 - Análise da matéria constante do art. 7º, e seus parágrafos. 02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS - LDO

Consoante a Lei nº 1.581/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2021 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais, a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.6 – LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição – aprovado pela Portaria nº 286/2019 - STN	Portaria STN nº 389/2018	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição – aprovado pela Portaria nº 286/2019 - STN Em análise aos demonstrativos constantes na LDO (Lei nº 1.581/2020), verifica-se as seguintes desconformidades: - Desconformidade entre a Tabela 04 – Evolução Patrimônio Líquido em confronto com o Demonstrativo 4 constante no MDF (10ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou demonstração referente a Evolução do Patrimônio Líquido – Regime previdenciário. - Desconformidade entre a Tabela 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos em confronto	LDO – Lei nº 1.581/2020: Anexo de Metas Fiscais Metas Anuais – Tabela 1 Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior – Tabela 2 Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores – Tabela 3 Evolução do Patrimônio Líquido – Tabela 04 Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos – Tabela 5 Estimativa e compensação da renúncia de receita – Tabela 07 Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado – Tabela 08 Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>com o Demonstrativo 5 constante no MDF (10ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou previsão para rendimentos de aplicações financeiras, não se verifica a demonstração de valores quanto a previsão das despesas correntes dos regimes previdenciários.</p> <p>- Ausência de Demonstrativo 06 na LDO do exercício de 2021 com Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS.</p>	<p>Demonstrativo 1– Metas Anuais</p> <p>Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior</p> <p>Demonstrativo 03 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores</p> <p>Demonstrativo 04 – Evolução do Patrimônio Líquido</p> <p>Demonstrativo 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos</p> <p>Demonstrativo 06 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS</p> <p>Demonstrativo 07 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita</p> <p>Demonstrativo 08 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado</p>
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.7 – LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, verificando se que a LDO contém Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e as providências a serem tomadas em caso de concretização do referido risco, conforme disciplina art. 28, caput e §1º da LDO, em conjunto com o Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.	Lei nº 1.581/2020 - Análise da matéria constante do art. 28, caput e §1º. Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências – 2021.

Examinando a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Anexo de Riscos Fiscais restou constatado através do demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, a previsão de Reserva de Contingência e demais providências no exercício de 2021, caso o Município de Águia Branca identificasse possíveis riscos que afetassem as contas públicas, conforme disciplina o art. 28, caput e §1º da Lei 1.581/2020, estando em obediência ao art. 4º, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto de Controle 2.1.8 – LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.8	LDO	LDO – Lei de Diretrizes	Portaria	Avaliar se o Demonstrativo	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias –



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição – aprovado pela Portaria nº 286/2019 - STN	STN nº 389/2018	de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências em confronto com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição, verifica-se que apesar da previsão de passivos contingentes na LDO/2021, a estrutura do Demonstrativo se encontra em desconformidade com o MDF (10ª edição) editado pela STN.	Lei nº 1.581/2020 Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição – aprovado pela Portaria nº 286/2019 - STN
----------------------------------	--	-----------------	--	--	--

Avaliando o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 em confronto com o Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição aprovado pela Portaria nº 286/2019 da STN, é possível verificar que a elaboração do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências presente na LDO se encontra em desconformidade com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.

Ponto de Controle 2.1.9 – Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020	LC 101/2000, art. 12, §3º	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final	Em análise ao ponto de controle, verifica-se o não cumprimento no exercício de elaboração da LDO, da	Art. 24, parágrafo único da Lei nº 1.581/2020.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	estimativas de receitas	http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf		para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo	disposição prevista no art. 24, parágrafo único da Lei 1.581/2020 c/c art. 12, §3º da Lei 101/2000.	
--	-------------------------	---	--	--	---	--

Ponto de Controle 2.1.10 – LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.10	LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 PPA – Plano Plurianual - Lei 1.417/2017	CRFB/88, art. 165, § 7º	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2021, disponível no Sistema de Contabilidade Pública, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 PPA – Plano Plurianual - Lei 1.417/2017

Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2021, disponível no Sistema de Contabilidade Pública, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.11 – LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.11	LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	Em consulta realizada a LOA, verifica-se a compatibilização do orçamento com os objetivos e metas da LRF.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020

Ponto de Controle 2.1.12 – LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.12	LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	CRFB/88, art. 165, §6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões e subsídios e benefícios da	Em análise a LDO, através do Demonstrativo 7 – Anexo de Metas Fiscais, verifica-se que o Município de Águia Branca não realizou previsão dotação orçamentária para Programa de benefícios de renúncia de	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 13 da Lei nº 1.581/2020 - Anexo De Metas Fiscais - 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf		natureza financeira, receitas, bem como não tributária, creditícia, apresentou medidas de bem como, das compensação no efetivo medidas de exercício. compensação a renúncia de receita e Portanto, considerando que ao aumento da LDO não realizou a despesas obrigatórias referida dotação, não há de caráter continuado inclusão na LOA de integrou a LOA demonstrativo dos efeitos da aprovada para renúncia de receita. exercício	LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020
--	--	---	--	---	--

Ponto de Controle 2.1.13 – LOA reserva de contingência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.13	LOA reserva de contingência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização do montante definidos	Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.605/2020) do exercício de 2021, através do seu art. 3º e Anexo VII, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes	Lei Orçamentária Anual - Art. 3º da Lei nº 1.605/2020: Anexo I - Demonstrativo da Despesa por órgão, funções e categoria econômica; Anexo II - Demonstrativo da Despesa por categoria econômica; Anexo VI – Demonstrativo do programa de trabalho de governo; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por categoria econômica; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por projeto/atividade; Anexo VIII – Demonstrativo por função, subfunção e programas conforme vínculos com recurso;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				compatíveis com a LDO.	Orçamentária – LDO.	Anexo IX – Demonstrativo da despesa por órgão e função; e - Demonstrativo Analítico da Despesa; - Orçamento da despesa por projeto atividade (consolidado). LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 28 da Lei nº 1.581/2020 - Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
--	--	--	--	------------------------	---------------------	--

Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.605/2020) do exercício de 2021, através do seu art. 3º e anexos, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.

Ponto de Controle 2.1.14 – LOA previsão de recursos para pagamentos de precatórios						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LOA – Lei Orçamentária	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios	Em análise a previsão de dotação orçamentária para pagamentos de precatórios, verificou-se que o Município de Águia Branca através da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.605/2020) do exercício de 2021, através do Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas,	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.605/2020) - Demonstrativo Analítico da Despesa - Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf		judiciários apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	realizou previsão de recursos para pagamento de precatórios. Denota-se que não foram apresentados precatórios judiciais até o dia 1º de Julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, razão pela qual não há previsão na LDO de dotação orçamentária para pagamento de precatórios. Contudo, há previsão de reserva de contingência para decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, reserva de contingência – decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.
--	--	--	--	--	---	--

Conforme avaliação da Lei Orçamentária Anual – LOA verifica-se que o Município de Águia Branca realizou dotação orçamentária para pagamento de débitos decorrentes de pagamentos de precatórios. Contudo, denota-se que não foram apresentados precatórios judiciais até o dia 1º de Julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, razão pela qual não há previsão na LDO de dotação orçamentária para pagamento de precatórios. Contudo, há previsão de reserva de contingência para decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

Ponto de Controle 2.1.16 – LOA programação financeira e cronograma de desembolso						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	DECPRO	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após publicação da LOA, estabelecida programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	a) Em análise ao ponto de controle, verifica-se que no exercício de 2021, o Chefe do Poder Executivo não emitiu ato normativo fixando a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Declaração emitida pelo Chefe do Poder Executivo informando que não foram emitidos atos normativos para programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso no exercício de 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Consoante Declaração do Chefe do Poder Executivo, no Anexo DECPRO constante da Prestação de Contas Anual, não foi emitido no exercício de 2021 quaisquer atos normativos para programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.

Ponto de Controle 2.1.17 – Transparência na gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.17	Transparência na gestão	INCENTIVA	LC 101/2000, art. 48, §1º, I	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Em análise a Declaração emitida pelo Chefe do Poder Executivo, denota-se que no ano de 2020 não foram realizadas Audiências Públicas durante o processo de elaboração de LDO e LOA para o exercício de 2021. Motivação apresentada na Declaração, em razão da pandemia da Covid-19.	Arquivo INCENTIVA: Comprovante de efetivação ao incentivo à participação popular e da realização de Audiência Públicas, durante os processos de elaboração e discussão do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária.

Segundo informação colhida da Declaração no Anexo INCENTIVA da Prestação de Contas Anual, averiguou-se que a Prefeitura Municipal de Águia Branca, em razão da pandemia do CORONAVÍRUS, não realizou Audiências Públicas no ano de 2020 durante os processos de elaboração e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Denota-se que a Controladoria deixa de apresentar as devidas recomendações ao setor pertinente, em razão de que no período de elaboração dos instrumentos de planejamento, não só o Município de Águia Branca, como o Estado brasileiro, estava enfrentando o início de uma pandemia que ocasionou a paralisação das atividades do serviço público.

A pandemia da Covid-19 ocasionou disseminação rápida do vírus desconhecido, registrando aumento diário catastrófico no número de novos casos e óbitos no país e no Estado do Espírito Santo.

Portanto, se revelava impossível e inviável que o Município de Águia Branca realizasse os procedimentos de transparência quanto da elaboração das legislações orçamentárias.

2.2 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 2.2.1 – Anexo de Metas Fiscais – cumprimento de metas fiscais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais cumprimento de metas fiscais.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LIMITA	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação	Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais de arrecadação prevista na LDO (Lei nº 1.581/2020), denota-se que o Município de Águia Branca, apesar do descumprimento das metas fiscais de arrecadação nos 1º, 2º, 3º e 4º Bimestre do exercício de 2021, não realizou atos normativos de limitação de empenho. Denota-se que a partir do 5º Bimestre do exercício de 2021, o Município passou a	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei 1.581/2020, art. 25 Disciplina a previsão de limitação de empenho (Anexo de Metas Fiscais). Limite de Arrecadação previsto na



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				financeira, nos trinta dias subsequentes.	cumprir a Meta Fiscal de Arrecadação prevista na LDO, encerrando o exercício no 6º Bimestre de 2021 com total de Arrecadação apurado no valor de R\$ 54.704.585,36.	LDO/2021: R\$ 48.384.908,29 Limite de Arrecadação Apurado no exercício de 2021: R\$ 54.704.585,36
--	--	--	--	---	---	--

Em análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual, verificou-se através do anexo LIMITA, que no exercício de 2021 não foram editados atos legais pela Prefeitura Municipal de Águia Branca, destinados à limitação de empenho.

Denota-se ainda, que apesar da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO disciplinar no art. 25 acerca da limitação de empenho apurou-se que a Prefeitura Municipal de Águia Branca cumpriu as metas de resultado primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais previstas na LDO, mantendo, portanto, o equilíbrio fiscal, em obediência ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto de Controle 2.2.3 – Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1653-2021-1634732885.pdf LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14,	Em análise a Lei nº 1.653/2021, que instituiu o Programa de Recuperação de Créditos tributários municipais, em confronto com os demonstrativos integrantes da LOA e a LDO fixada para o exercício de 2021, verifica-se a ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receitas no exercício de 2021	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021. LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, art. 13 disciplina a estimativa e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf		da LRF.	e nos dois exercício seguintes, em desacordo com o art. 14 da LRF c/c art. 73, §1º do Código Tributário Municipal.	compensação de renúncia de receita. Anexo de Metas Fiscais 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
--	--	--	---------	--	---

Ponto de Controle 2.2.4 – Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.4	Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1653-2021-1634732885.pdf LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	Em análise ao Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Anexo de Metas Fiscais), verifica-se que muito embora o Município tenha realizado Programa de Renúncia de Receitas através da Lei nº 1.653/2021, não fora realizada estimativa e ou medida compensação da referida Renúncia de Receita na LDO do exercício de 2021.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, art. 13 disciplina a estimativa e compensação de renúncia de receita. Anexo de Metas Fiscais 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de controle 2.2.13 – Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf Lei nº 1.612/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1612-2021-1614788948.pdf Lei nº 1.629/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1629-2021-1622204129.pdf Lei nº 1.630/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1630-2021-1622204160.pdf Lei nº 1.642/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1642-2021-1629813561.pdf Lei nº 1.649/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1649-2021-1629814042.pdf	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei 4.320/64	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2021, todos créditos adicionais foram precedidos de autorização legislativa. Os créditos adicionais suplementares se encontram previstos nos artigos 4º e 5º da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.605/2020). Os créditos adicionais especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas: Lei nº 1.612/2021 Lei nº 1.629/2021 Lei nº 1.630/2021 Lei nº 1.642/2021 Lei nº 1.649/2021 Lei nº 1.654/2021 Lei nº 1.657/2021 Lei nº 1.660/2021 Lei nº 1.664/2021 Lei nº 1.665/2021 Lei nº 1.677/2021	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Lei nº 1.605/2020 Lei nº 1.612/2021 Lei nº 1.629/2021 Lei nº 1.630/2021 Lei nº 1.642/2021 Lei nº 1.649/2021 Lei nº 1.654/2021 Lei nº 1.657/2021 Lei nº 1.660/2021 Lei nº 1.664/2021 Lei nº 1.665/2021 Lei nº 1.677/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Lei nº 1.654/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1654-2021-1635261169.pdf				
		Lei nº 1.657/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1657-2021-1634733250.pdf				
		Lei nº 1.660/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1660-2021-1636724946.pdf				
		Lei nº 1.664/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1664-2021-1636725356.pdf				
		Lei nº 1.665/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1665-2021-1636725405.pdf				
		Lei nº 1.677/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1677-2021-1639745956.pdf				



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.14 – Créditos adicionais – decreto executivo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Decretos executivos de créditos adicionais:	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2021, todos créditos adicionais foram abertos mediante Decreto Executivo.	DEMCAD - Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Verificação de todos os Decretos Executivos de Créditos Adicionais.

Ponto de Controle 2.2.17 – Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	Lei Municipal nº 1.635/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1635-2021-1625062899.pdf Lei Municipal nº 1.647/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1647-2021-1629813945.pdf Lei Municipal nº 1.656/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1656-2021-1634733094.pdf	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Em análise aos Fundos criados pelo Município de Águia Branca, verifica-se que estes foram instituídos mediante prévia autorização legislativa.	Lei Municipal nº 1.635/2021 – instituiu o Fundo Municipal de Educação Infantil e ensino fundamental - FMEIEF Lei Municipal nº 1.647/2021 – instituiu o Fundo Municipal do Turismo - FUNTUR Lei Municipal nº 1.656/2021 – instituiu o Fundo Municipal da Pessoa Idosa - FMPI



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Conforme informações colhidas na Prestação de Contas Anual, e através de Consulta realizada no Portal da Transparência, no exercício de 2021 foram estabelecidos pelo Município de Águia Branca, fundos mediante prévia autorização legislativa, em conformidade com o art. 167, inciso IX da Constituição Federal.

Ponto de Controle 2.2.21 – Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.21	Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, todos os instrumentos referentes ao PPA, LDO, LOA, RREO e RGF, Balancetes mensais e Balancetes Anuais.	Portal da Transparência PPA https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/documento/20190325112736-ppa-2018-2021.pdf LDO https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092451-ldo-exercicio-financeiro-de-2021.pdf LOA https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/uploads/documento/20210316091950-loa-exercicio-financeiro-de-2021.pdf RREO https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=4 RGF https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Balancetes mensais http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=2 Prestação de Contas Anual http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7
--	--	--	--	--	--	---

Em consulta realizada ao Portal da Transparência e na base de informações da Controladoria Geral, constatou-se a presença dos instrumentos LDO, LOA, PPA, RREO e RGF, Balancetes Mensais e Anuais em conformidade com os artigos 48, 52 a 58 da Lei Complementar 101/2000.

Ponto de Controle 2.2.22 – Transparência na gestão execução orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca Relatórios de Execução Orçamentária – RREO e Anexos https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=4 Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, todos os anexos referente a Execução Orçamentária e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca Relatórios de Execução Orçamentária – RREO e Anexos Publicações do RREO no DOM/ES 1º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1737 – pág. 44 a 60 – Data: 30.03.2021 2º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1768 – pág. 80 a 98 – Data: 14.05.2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						3º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1819 – pág. 41-43, 46-48, 50-51, 53-55, 59-68 – Data: 27.07.2021 4º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1857 – pág. 04 a 20 – Data: 21.09.2021 5º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1896 – pág. 19 a 35 – Data: 18.11.2021 6º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1946 – pág. 102 a 108 – Data: 31.01.2022
--	--	--	--	--	--	--

Consoante pesquisa realizada ao Portal da Transparência e ao Diário Oficial dos Municípios – DOM/ES apurou-se a publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, com informações pormenorizadas através dos Anexos com Demonstrativos de Execução Orçamentária, em obediência aos artigos 48, 52 a 58 da Lei Complementar 101/2000.

Ponto de Controle 2.2.25 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal - elaboração						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.25	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 1º ao 6º Bimestre e seus anexos	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos	Avaliar se os demonstrativos que integram o RREO e o RGF foram elaborados em	Em atenção as normas deditadas pela STN, o RREO e o RGF e seus anexos se	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 1º ao 6º Bimestre e seus anexos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Fiscal - elaboração	Relatório de Gestão Fiscal – 1º e 2º Semestre e seus anexos.	Fiscais (MDF)	observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (11ª edição)	Relatório de Gestão Fiscal – 1º e 2º Semestre e seus anexos.
--	---------------------	--	---------------	---	---	--

Ponto de Controle 2.2.26 – Limitação para custeio de despesas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.26	Limitação para custeio de despesas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf Consulta em Sistema de Contabilidade Pública	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	Não há previsão nas leis orçamentárias – LDO e LOA de contribuição de custeio de despesas a outros entes. Além disso, o Município não celebrou convênios no exercício de 2021 visando custeio de despesa com outros entes da Federação.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 Consulta em Sistema de Contabilidade Pública

Partindo da premissa que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA no exercício de 2021 não regulamentou a limitação para custeio de despesas, em consulta ao Sistema de Contabilidade Pública, apurou-se que o Município de Águia Branca não contribuiu para custeio de despesas de competência de outros entes.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.27 – Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Portal da Transparência Da Câmara Municipal.	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Em análise a Legislações aprovadas no exercício de 2021, o Município de Águia Branca não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Ausência de Legislação no Portal da Transparência da Câmara Municipal que autoriza a concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista no Município de Águia Branca.

Ponto de Controle 2.2.29 – Déficit orçamentário – medida de contenção

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Relatório de Gestão - RELGES	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Em análise ao arquivo LIMITA, verifica-se que o Município de Águia Branca não expediu nenhum ato legal destinado a limitação de empenho. Denota-se que ao encerramento do exercício de 2021 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$ 9.731.734,79	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. RELGES - Relatório de Gestão.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual, verificou-se que o Município de Águia Branca não teve déficit orçamentário no exercício de 2021, sendo assim, não foram necessárias adotar medidas de contenção, e por isso não foram expedidos atos de limitação de empenho.

Denota-se ainda, que ao encerramento do exercício de 2021 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$9.731.734,79 (nove milhões setecentos e trinta e um mil e setecentos e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos).

2.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 2.4.2 – Dívida Pública evidencição no RGF						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 30, §7º	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Conforme análise do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2021, o Município de Águia Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.4 – Dívida Pública evidenciação no RGF

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.4	Dívida pública evidenciação no RGF	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um que a Dívida Consolidada quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	Em análise ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida previsto no Relatório de Gestão Fiscal, verifica-se que a Dívida Consolidada Líquida não ultrapassou os limites definidos no art. 4º, inciso III da Resolução do Senado Federal 40/2001.	Análise do RGF – Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.

Ponto de Controle 2.4.5 – Dívida Pública extrapolação de limite no decorrer de execução orçamentária redução do valor excedente

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.5	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2021 – Anexo II RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, em confronto com a Receita Corrente Líquida constante do RREO, denota-se que o Município de Águia Branca não excede os limites da dívida pública, estabelecidos	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2021 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Bimestre de 2021 (Anexo 03)		ocorreu o descumprimento.	no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se demonstra necessário a aplicação da regra contida no art. 4º, inciso I da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	
--	--	--------------------------------	--	---------------------------	--	--

Ponto de Controle 2.4.6 – Operação de crédito – instituição financeira						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.6	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre

Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.

Ponto de Controle 2.4.7 – Operação de crédito – instituição financeira controlada						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.7	Operação de crédito	RGF – Relatório de Gestão Fiscal	Resolução nº 43/2001	Avaliar se foi realizada contratação de operação de	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	instituição financeira controlada	Anexo 4 – 2º Semestre	Senado Federal, art. 17.	crédito em que seja prestada garantia Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	(Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	Operações de Crédito – 2º Semestre
--	-----------------------------------	---------------------------------	--------------------------	---	---	--

Segundo consta do Demonstrativo de Operações de Crédito, no Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre, a Prefeitura Municipal de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021, nem mesmo prestou garantias a instituições financeiras.

Ponto de Controle 2.4.8 – Operação de crédito – vedações						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.8	Operação de crédito de vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.9 – Operação de crédito – vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.9	Operação de crédito - vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre

Ponto de Controle 2.4.10 – Operação de crédito – vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.10	Operação de crédito - Despesas de capital	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	CRFB/88, art. 167, inciso III	Avaliar se houve realização de operação de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo art. 6º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.11 – Operação de crédito – limite global

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.11	Operação de crédito limite global	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre

Infere-se, conforme registrado no Relatório de Gestão Fiscal, que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no ano de 2021. Desse modo, não se aplica, para fins de avaliação de limite global a normativa constante da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Ponto de Controle 2.4.12 – Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.12	Operação de crédito limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em consonância com os pontos de controle avaliados, a Prefeitura Municipal de Águia Branca, não realizou contratos de operações de crédito no ano de 2021, sendo assim, não se faz necessário a avaliação quanto ao comprometimento com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

Ponto de Controle 2.4.13 – Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.13	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 40	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no art. 40 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre

Ponto de Controle 2.4.14 – Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.14	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	contragarantias			observadas.	Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	
--	-----------------	--	--	-------------	--	--

Ponto de Controle 2.4.15 – Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias limite

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.15	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias limite	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre

Conforme se apurou no Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II da PCA, o Demonstrativo de operações de crédito comprova que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021, nem mesmo ofereceu garantias a instituições financeiras.

Ponto de Controle 2.4.16 – Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.16	Operação de crédito	RGF – Relatório de	Resolução nº	Avaliar se foram incluídas	Em análise ao Relatório de Gestão	RGF – Relatório de Gestão Fiscal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	cláusulas contratuais vedadas	Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	43/2001 do Senado Federal, art. 20.	cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
--	-------------------------------	--	-------------------------------------	--	---	--

Ponto de Controle 2.4.17 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre

Ponto de Controle 2.4.18 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de	RGF – Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 38, incisos IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de	RGF – Relatório de Gestão Fiscal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	receita orçamentária – vedações	Anexo 4 – 2º Semestre		antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do artigo 38 da LRF.	Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
--	---------------------------------	---------------------------------	--	---	--	--

2.5 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 2.5.17 – Avaliação atuarial – Inicial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.17	Avaliação atuarial - Inicial	DEMAAT – Avaliação Atuarial Anual para verificação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. SUSTEN – Demonstrativo Do estudo de viabilidade do Plano de Custeio do RPPS	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o ente realizou avaliação atuarial inicial e estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites da LRF, com a finalidade de instituir um RPPS.	Em análise ao DEMAAT verifica-se que o ente realizou avaliação atuarial em cumprimento as regras contidas na LRF.	Lei Municipal nº 1.628/2021 - http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf Reavaliação Atuarial 2021 ABPREV-ES (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) http://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?documento_tipo=10 SUSTEN – Demonstrativo do estudo de viabilidade do Plano de Custeio do RPPS

Consoante arquivos que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício de 2021, denota-se que foi instituído pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca, Reavaliação Atuarial - DEMAAT e Estudo de viabilidade orçamentária e financeira do Plano de Custeio do RPPS - SUSTEN, em cumprimento aos limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.1.6	<p>Em análise aos demonstrativos constantes na LDO (Lei nº 1.581/2020), verifica-se as seguintes desconformidades:</p> <ul style="list-style-type: none">- Desconformidade entre a Tabela 04 – Evolução Patrimônio Líquido em confronto com o Demonstrativo 4 constante no MDF (10ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou demonstração referente a Evolução do Patrimônio Líquido – Regime previdenciário.- Desconformidade entre a Tabela 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos em confronto com o Demonstrativo 5 constante no MDF (10ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou previsão para rendimentos de aplicações financeiras, não se verifica a demonstração de valores quanto a previsão das despesas correntes dos regimes previdenciários.- Ausência de Demonstrativo 06 na LDO do exercício de 2021 com Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS.	<p>Proposição de melhoria: Recomenda-se o aprimoramento da peça de planejamento - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO quando da sua elaboração, de modo que sejam observadas as regras do Manual de Demonstrativos Fiscais vigente editado pela STN, no tocante a estruturação dos demonstrativos, e na indicação das metas e indicadores estimativos a serem alcançados.</p>	<p>Não se aplica.</p> <p>OBS: Recomendações realizadas ao Ordenador de Despesa para a próxima elaboração de instrumento de planejamento.</p>
2.1.8	<p>Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências em confronto com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição, verifica-se que apesar da previsão de passivos contingentes na LDO/2021, a estrutura do Demonstrativo se encontra em desconformidade com o MDF (10ª edição) editado pela STN.</p>	<p>Proposição de melhoria: Recomenda-se o aprimoramento da peça de planejamento, que, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, sejam observadas as regras do Manual de Demonstrativos Fiscais vigente editado pela STN, no tocante a estruturação dos demonstrativos de riscos fiscais e providências.</p>	<p>Não se aplica.</p> <p>OBS: Recomendações realizadas ao Ordenador de Despesa para a próxima elaboração de instrumento de planejamento.</p>
2.1.9	<p>Em análise ao ponto de controle, verifica-se o não cumprimento no exercício de elaboração da LDO, da disposição prevista no art. 24, parágrafo único da Lei 1.581/2020 c/c art. 12, §3º da Lei 101/2000.</p>	<p>Proposição de melhoria: Recomenda-se o aprimoramento da peça de planejamento, para que na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, seja encaminhado à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, a proposta orçamentária no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final, com as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none">- os estudos e as estimativas de	<p>Não se aplica.</p> <p>OBS: Recomendações realizadas ao Ordenador de Despesa para a próxima elaboração de instrumento de planejamento.</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		receita para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida; - os memoriais de cálculo de estimativa de receita;	
2.1.16	Em análise ao ponto de controle, verifica-se que no exercício de 2021, o Chefe do Poder Executivo não emitiu ato normativo fixando a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Proposição de melhoria: Recomenda-se que o Chefe do Poder Executivo estabeleça através de ato normativo (Decreto) programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso para o decurso dos próximos meses do exercício de 2022.	Não se aplica.
2.2.3	Em análise a Lei nº 1.653/2021, que instituiu o Programa de Recuperação de Créditos tributários municipais, em confronto com os demonstrativos integrantes da LOA e a LDO fixada para o exercício de 2021, verifica-se a ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receitas no exercício de 2021 e nos dois exercício seguintes, em desacordo com o art. 14 da LRF c/c art. 73, §1º do Código Tributário Municipal.	Recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal que obedeça fielmente às regras constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante às disposições contidas no art. 14, inciso I e II da LRF, estabelecendo nas peças de planejamento estimativa do impacto orçamentário-financeiro quando da instituição de Programa de renúncia de receitas.	Em andamento.
2.2.4	Em análise ao Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Anexo de Metas Fiscais), verifica-se que muito embora o Município tenha realizado Programa de Renúncia de Receitas através da Lei nº 1.653/2021, não fora realizada estimativa e ou medida compensação da referida Renúncia de Receita na LDO do exercício de 2021.	Recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal que obedeça fielmente às regras constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante às disposições contidas no art. 14, inciso I e II da LRF, estabelecendo nas peças de planejamento medidas de compensação quando da realização de Renúncia de Receita.	Em andamento.

Após verificação dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual do exercício de 2021, e demais itens que foram objeto de Auditoria no exercício de 2021, foram encontrados achados nos pontos de controle 2.1.6, 2.1.8, 2.1.9 e 2.1.16 que seguem com recomendações de proposição de melhoria.

Quanto aos pontos de controle, 2.2.3 e 2.2.4, verifica-se que o Município instituiu Programa de Renúncia de Receitas através da Lei Municipal nº 1.653/2021, contudo não realizou impacto orçamentário-financeiro, estimativa ou medida de compensação referente a renúncia de receita, portanto, passa a tecer alguns comentários.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, disciplina no §1º do seu art. 14 que “a renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

Denota-se que a estimativa do impacto orçamentário-financeiro ou a adoção de medidas de compensação busca manter o equilíbrio orçamentário que poderia ser afetado.

Consoante análise do Demonstrativo de Renúncia de Receita – DEMRE, verifica-se que o valor de Renúncia de Receitas relativo ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, alcançou o montante de renúncia executada de R\$45.615,48.

Em confronto do valor executado de renúncia de receitas relacionadas ao REFIS, com o montante de Dívida Ativa Tributária, verifica-se uma diminuição da Dívida no montante de R\$39.035,01 em relação ao ano anterior.

No que toca análise do total da Receita Realizada R\$57.704.585,36 descontando a Despesa empenhada R\$44.972.850,57 verifica-se que o Município alcançou um Superávit financeiro no total de R\$9.731.734,79, portanto, não obstante o Município não tenha realizado programação de impacto orçamentário-financeiro, estabelecidos medida de compensação da renúncia de receitas, não se constata impacto orçamentário-financeiro no Município de Águia Branca, no exercício de 2021.

1.3 Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei 1.581/2020, elaborada nos termos do §2º, do art. 165 da CF/88, compreendendo as metas e prioridades do município, dispôs sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), definindo os programas prioritários de governo e estabelecendo, dentre outras diretrizes, os riscos e metas fiscais a serem observados na execução orçamentária.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual do município, Lei 1.605/2020, estimou a receita e fixou a despesa em R\$47.083.013,66 para o exercício de 2021, que somado a abertura de créditos adicionais, gerou dotação de despesa autorizada de R\$ 57.575.932,56.

Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais Arrecadação de Receita, constata-se que o Município cumpriu com o limite de arrecadação previsto na LDO de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

R\$ 48.384.908,29, alcançando ao final do exercício de 2021, o valor apurado de Arrecadação de R\$ 54.704.585,36.

Consoante a despesa empenhada no exercício de 2021 no valor de R\$44.972.850,57, verificou-se ao final do exercício um superávit orçamentário no valor de R\$9.731.734,79.

Do total das despesas empenhadas no exercício, nota-se que foram pagos no mesmo exercício o montante de R\$43.425.151,48, apresentando o valor de R\$1.847.699,09 de restos a pagar.

No tocante a execução financeira, evidenciada no Balanço Financeiro, denota-se que esta compreende a execução das receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que, somados ao saldo do exercício anterior, resultará no saldo para o exercício seguinte, conforme sintetizamos abaixo:

Balanço Financeiro Consolidado	
Saldo em espécie do exercício anterior	43.496.587,30
Receitas orçamentárias	54.704.585,36
Transferências financeiras recebidas	6.786.798,74
Recebimentos extraorçamentários	7.104.553,33
(-) Despesas orçamentárias	44.972.850,57
(-) Transferências financeiras concedidas	6.786.798,74
(-) Pagamentos extraorçamentários	7.206.652,56
Saldo em espécie para o exercício seguinte	53.126.222,86
Saldo apresentado no BALFIN	53.126.222,86
Divergência	0,00

Fonte: BALFIN Consolidado/2021

Destaca-se a seguir, o saldo contábil das disponibilidades apresentadas nos termos de verificação, conforme tabela abaixo:

Disponibilidades	
Unidades Gestoras	
Prefeitura Municipal de Águia Branca	14.528.437,98
Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	1.287.937,12
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Águia Branca	37.212.320,61
Câmara Municipal de Águia Branca	97.527,15
Total (TVDISP por UG)	53.126.222,86

Fonte: TVDISP das UG's 2021

Quanto a Gestão Patrimonial, no tocante as alterações quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio público,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

provocam alterações nos elementos patrimoniais, refletindo em resultados aumentativos ou diminutivos no patrimônio líquido, verifica-se pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), que, no exercício de 2021, o Município apresentou resultado patrimonial superavitário no valor de R\$10.055.848,86, conforme evidencia-se, sinteticamente na tabela abaixo:

Síntese da DVP (Consolidado)	
Variações patrimoniais aumentativas (VPA)	64.144.160,05
Variações patrimoniais diminutivas (VPD)	54.088.311,19
Resultado patrimonial do período	10.055.848,86

Fonte: DEMVAP/2021

Dessa forma, o resultado das variações patrimoniais quantitativas refletiu positivamente no patrimônio do município.

A situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, se evidencia por meio do Balanço Patrimonial. Apresenta-se, na tabela seguinte, a situação patrimonial do Município, no encerramento do exercício em análise:

Síntese do Balanço Patrimonial (Consolidado)		
Especificação	2021	2020
Ativo Circulante	53.988.450,03	44.292.430,82
Ativo não Circulante	60.058.675,87	58.104.334,65
Passivo Circulante	1.881.573,96	1.442.843,86
Passivo não Circulante	38.097.600,52	36.942.039,05
Patrimônio líquido	74.067.951,42	64.011.882,56

Fonte: BALPAT/2021

Conforme apurado em análise sintética do Balanço patrimonial (consolidado) do exercício anterior com o atual em confronto com o demonstrativo de variação patrimonial do exercício, constata-se uma diferença do resultado patrimonial no encerramento do ano de 2021, no montante de R\$220,00 (duzentos e vinte reais) decorrente de cancelamento de restos a pagar processados por prescrição através de ato autorizativo, qual seja, Decreto Municipal nº 9610/2021 de 30.12.2021.

Denota-se que o referido resto a pagar possui como data de empenho e liquidação 10.04.2013, portanto, o referido cancelamento se encontra em conformidade com o Decreto nº 20.910/1932, que disciplina prazo de 05 (cinco) anos de prescrição para cancelamento de restos a pagar, contados da data da inscrição.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

No mais, em que pese serem permitidas cláusulas exorbitantes no âmbito do direito administrativo, ambos os contratantes devem observar os princípios da probidade e da boa-fé.

Nesse ensejo, observa-se que muito embora o cancelamento de restos a pagar processados seja realizado de forma excepcional, nota-se que a prescrição do valor informado é devida pelo Município de Águia Branca, porquanto se demonstra coerente ao fato motivador que gerou o cancelamento dos restos a pagar.

1.4 Da Gestão Fiscal

Quanto a Gestão Fiscal, apurou-se que o Município de Águia Branca respeitou os limites constitucionais e legais previstos.

Em relação à Educação, consoante os critérios estabelecidos no art. 212, *caput*, da Constituição Federal, constata-se que o Município cumpriu o limite de aplicação do MDE, no exercício em análise aplicando 27,90% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No tocante a destinação de gastos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, constata-se que o Município cumpriu o limite constitucional de destinação em proporção não inferior a 70%, destinando no exercício em análise, o percentual de 71,76% dos recursos do FUNDEB para remuneração de profissionais da educação básica, em conformidade com o art.212-A, inciso XI, da Constituição Federal.

Na saúde, considerando o preceito constitucional previsto no art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal verifica-se que o Município cumpriu o limite estabelecido na norma constitucional, aplicando o percentual de 16,50% em ações e serviços públicos de saúde.

Quanto à despesa com pessoal, verifica-se que o Município de Águia Branca respeitou os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

apurado no exercício de 2021, o percentual de 46,32% de despesas totais com pessoal do Poder Executivo Municipal sobre a Receita Corrente Líquida.

No tocante aos atos normativos publicados no exercício de 2021, verifica-se com base nos documentos anexados a Prestação de Contas Anual, que o Chefe do Poder Executivo no exercício analisado não expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, cumprindo o art. 21, I, da LRF e o art. 8º da LC 173/2020.

Consoante a Dívida Consolidada Líquida no final do exercício em análise no montante de R\$15.885.170,24, denota-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto às operações de crédito, verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou no exercício em análise operações de crédito.

Quanto aos precatórios judiciais, verifica-se que o Município não efetuou pagamento de precatórios no exercício de 2021.

1.5 Da Gestão Previdenciária

No tocante a Gestão Previdenciária, case salientar que o Regime Próprio de Previdência no Município de Águia Branca, foi instituído por meio de Lei Municipal nº 523/2002.

Consoante análise da supracitada lei, verifica-se que o plano de benefícios concedido aos seus segurados se encontra previsto no art. 17 da referida legislação, e compreende as seguintes prestações:

Art. 17. O regime de previdência social de que trata esta Lei, compreende as seguintes prestações:

I – quanto ao segurado:

- a) Aposentadoria por invalidez;*
- b) Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;*
- c) Aposentadoria voluntária por implemento de idade;*
- d) Aposentadoria compulsória.*

II – quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte do segurado;*
- b) Pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Para custear tais benefícios, por meio do art. 67 da Lei Municipal 523/2002, foram fixadas as seguintes receitas em seu plano de custeio:

Art. 67. (...)

I. contribuições sociais do Município de Águia Branca, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações públicas empregadoras;

II. contribuições sociais dos segurados;

III. rendimentos das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste art.;

IV. aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;

V. bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;

VI. outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;

VII. recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao Município ou a outrem;

VIII. verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários na forma da legislação específica;

IX. dotações orçamentárias;

X. transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;

XI. doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;

XII. outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

Além disso, as contribuições previdenciárias do servidor e a patronal deverão ser repassadas ao RPPS até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 79 da Lei Municipal nº 523/2002.

Quanto à alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, esta se encontra estabelecida no percentual de 14,00% da base de cálculo, nos termos do art.1º da Lei Municipal nº 1.590/2020.

Quanto às medidas de reequilíbrio atuarial, verifica-se a evolução com aumento da alíquota patronal destinada aos custos especiais de 17% em 2020, para 17,5% em 2021, conforme tabela de equacionamento do Déficit Atuarial, disposta na Lei nº 1.628/2021.

Em relação à alíquota patronal de custeio normal, constata-se que foi destinado ao custeamento dos benefícios previdenciários contribuição no percentual de 16,84% incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Dessa forma, conclui-se que o Município de Águia Branca vem adotando medidas com vistas a manter o equilíbrio do equacionamento do déficit atuarial do RPPS, bem como, realizou de forma satisfatória o recolhimento e repasse integral das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, no exercício de 2021.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual da entidade - Município de Águia Branca elaborada sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Jailson José Quiuqui, Chefe do Poder Executivo Municipal no exercício de 2021.

Em nossa opinião, tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no **item 1.1** desta manifestação, previstos na IN 68/2020 do TCEES, e os documentos componentes da Prestação de Contas Anual, apresentados a esta Unidade Central de Controle Interno, a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS.**

No tocantes as ressalvas, reputa-se que se refere aos achados 2.1.6, 2.1.8, 2.1.9, 2.1.16, 2.2.3 e 2.2.4 constante nas proposições elencadas no **item 1.2** deste RELOCI.

Consoante as razões que levaram a abstenção do Controle Interno da análise de alguns itens da IN 68/2020 do TCEES, depreende-se que, a alta demanda encaminhada por outros órgãos de controle externo, aliado a insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formada em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas para atendimento da demanda de 04 (quatro) unidades gestoras, prejudicou o alcance de forma efetiva dos pontos de análise contábil, descritos na IN 68/2020 do TCEES.

Águia Branca/ES, 30 de março de 2022.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

ANEXO I



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

AValiação DOS INDICADORES DOS GASTOS DE LIMITE MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCESSO Nº 4619/2021

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Águia Branca

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação

OBJETIVO: Apuração do cumprimento do limite do gasto mínimo de 70% de recursos do FUNDEB com a remuneração de profissionais de educação básica:

1º BIMESTRE DE 2021 (JANEIRO E FEVEREIRO)			
Indicadores Art.212-A, Inciso XI da Constituição Federal	Valor Exigido	Valor Aplicado	% Aplicado
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	R\$ 771.511,73	R\$ 695.594,96	63,11

**Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (Anexo 08) – 1º Bimestre – período de Janeiro e Fevereiro de 2021.*

2º BIMESTRE DE 2021 (MARÇO E ABRIL)			
Indicadores Art.212-A, Inciso XI da Constituição Federal	Valor Exigido	Valor Aplicado	% Aplicado
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	R\$ 1.723.699,61	R\$ 1.262.843,43	51,28

**Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (Anexo 08) – 2º Bimestre – período de Março e Abril de 2021.*

3º BIMESTRE DE 2021 (MAIO E JUNHO)			
Indicadores Art.212-A, Inciso XI da Constituição Federal	Valor Exigido	Valor Aplicado	% Aplicado
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	R\$ 2.505.586,96	R\$ 1.875.940,26	52,41

**Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (Anexo 08) – 3º Bimestre – período de Maio e Junho de 2021.*

4º BIMESTRE DE 2021 (JULHO E AGOSTO)			
Indicadores Art.212-A, Inciso XI da Constituição Federal	Valor Exigido	Valor Aplicado	% Aplicado
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	R\$ 3.476.898,52	R\$ 2.498.285,43	50,30

**Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (Anexo 08) – 4º Bimestre – período de Julho e Agosto de 2021.*

5º BIMESTRE DE 2021 (SETEMBRO E OUTUBRO)			
Indicadores Art.212-A, Inciso XI da	Valor Exigido	Valor Aplicado	% Aplicado



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Constituição Federal			
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	R\$ 4.483.360,23	R\$ 3.246.738,96	50,69

**Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (Anexo 08) – 5º Bimestre – período de Setembro e Outubro de 2021.*

6º BIMESTRE DE 2021 (NOVEMBRO E DEZEMBRO)			
Indicadores Art.212-A, Inciso XI da Constituição Federal	Valor Exigido	Valor Aplicado	% Aplicado
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	R\$ 5.531.275,04	R\$ 5.670.597,32	71,76

**Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (Anexo 08) – 6º Bimestre – período de Novembro e Dezembro de 2021.*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

ANEXO II



MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA
CONSOLIDADO
ESPÍRITO SANTO
31.796.584/0001-87
Cancelamento de Restos a Pagar por Função e SubFunção
EXERCÍCIO 2021

Empenho	Processo	Data	Ficha	Credor	Fonte	Ato Autorizativo	Valor
Referência: EXERCÍCIO DE 2013 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS							
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL							
SubFunção: 122 - ADMINISTRACAO GERAL							
0001314	105.178/2013	10/04/2013	222	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS BSF	20010000000 - RECURSOS ORDINÁR	Decreto Nº 0009610/2021	220,00
Total da SubFunção :							220,00
Total da Função :							220,00
Total: EXERCÍCIO DE 2013 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS							220,00
Total Geral :							220,00

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL

RAFAEL DA CONCEIÇÃO KRUGER
CONTADOR CRC/ES 19789/O



MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESPIRITO SANTO
31.796.584/0001-87
NOTA DE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR

Decreto: 0009610/2021

Data : 30/12/2021

Empenho: 0001314/2013

Data : 10/04/2013

Liquidação: 0001524/2013

Data : 10/04/2013

O ordenador da Despesa, nos termos da legislação vigente, determina que seja feito o cancelamento de resto a pagar, da importância a seguir especificada.

Exercício : 2013

Tipo: Ordinário

Ficha : 0000222

Processo : 105.178/2013

Valor Cancelado : 220,00

Órgão : 010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária : 010 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função : 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Subfunção : 122 - ADMINISTRACAO GERAL
Programa : 0036 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto/Atividade : 2.058 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Elemento de Despesa : 33903999000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
Fonte de Recurso : 10000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Favorecido : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS BSF

CNPJ/CPF : 34.028.316/2842-09

Bairro : CENTRO

Cidade : BARRA DE SÃO FRANCISCO

Endereço : AV JONES DOS SANTOS NEVES

UF : ES

Histórico : Cancelamento de Restos a Pagar.

Saldo Anterior

Despesa Cancelada

220,00

Saldo Disponível

0,00

(duzentos e vinte reais)

Nº Contrato/Ano :

Tipo :

Dispensa/Inexigibilidade : 02 - ARTIGO 24 INCISO 02 LEI FEDERAL 8666/93

L A N Ç A M E N T O S

Nº	Débito	Valor	Crédito	Valor
Cancelamento de Restos a Pagar - Cancelamento de Restos a Pagar				
O 1	632100000000 - RP PROCESSADOS A PAGAR	220,00	632990000000 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	220,00
P 1	213110101000 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A	220,00	237110300000 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	220,00
C 1	821130100000 - COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	220,00	821110100000 - RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXER	220,00

Local/Data/Assinaturas

AGUIA BRANCA, 30 de dezembro de 2021

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL

MARGARETH DE JESUS OLIVEIRA MOZDZEN
CONTADORA - CRC-ES 6.900